



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Alvará de Licença

VALIDADE: 28/02/2026

Cumprindo o que dispõe o CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL em vigor Lei Complementar nº.054/2017 de 15 de Dezembro de 2017 e suas alterações, outorgamos o presente durante o corrente exercício, do estabelecimento abaixo discriminado:

Razão social: **ELISVANDIA MATOS DONINI LTDA**

Endereço: **EGÍDIO FERRONATO, 188 - ÁREA INDUSTRIAL - Caibi - SC**

CPF/CNPJ: **13.547.970/0001-53**

Cadastro Mobiliário: **997**

Número do Alvará: **55**

Tipo de Validade: **Definitiva**

Início das Atividades: **13/05/2011**

Data de Concessão: **18/02/2025**

Atividades:

44 - OUTRAS INDUSTRIAS

1629301 - Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis

2063100 - Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal

2229301 - Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico

4641902 - Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho

4642701 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança

4645103 - Comércio atacadista de produtos odontológicos

4646001 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria

4646002 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal

4647801 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria

4669999 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente- partes e peças

4761003 - Comércio varejista de artigos de papelaria

4772500 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

4789005 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários

Informações Complementares:

Observações:

- a. O pagamento da taxa de fiscalização de regularidade deverá ser anual, conforme prevê o artigo 80 da Lei Complementar 054/2017 (Código Tributário Municipal), cujos vencimentos atenderão as datas previstas no calendário fiscal vigente.
- b. Este Alvará perderá sua validade nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Complementar nº 054/2017.
- c. O prazo para requerimento de qualquer alteração, baixa ou paralisação deverá ocorrer dentro de 30 (trinta) dias contados da data do evento.
- d. Este documento deverá ser, obrigatoriamente, afixado em local visível no estabelecimento conforme Legislação Municipal, sob pena de incorrer nas penalidades previstas na Lei Complementar 054/2017.
- e. ESTE DOCUMENTO NÃO VALE COMO COMPROVANTE DE QUITAÇÃO DE DÉBITOS.

Emitido em: 18/02/2025